



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

LEI Nº 801/2017,

DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi publicado este (a) Lei nº 801/2017 com afixação no placard do município Corumbáiba 30/08/2017
Silva
Rodrigo da Costa Silva
Responsável pelo Placard

*“Dispõe sobre a **INSTITUIÇÃO** do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Urbano de Corumbáiba (GO) – **PROIDRUCO**, para utilização de equipamentos, maquinários e recursos humanos do município – ainda que doados para os fins de execução descentralizada de programas sociais do Governo Estadual ou Federal, ou de repasse por emenda parlamentar – em propriedades particulares, rurais ou urbanas, mediante preço público e dá outras providências.”*

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA, Estado de Goiás, com fulcro na competência que lhe conferem as Constituições da República e do Estado de Goiás, bem assim a Lei Orgânica do Município, aprova e eu **PREFEITO**, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Das finalidades e diretrizes gerais

Art. 1º Pela presente Lei fica instituído o **PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO DE CORUMBAÍBA (GO) – PROIDRUCO**, que tem como fundamento, através das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, e de Transportes e Ação Urbana, em parceria com outras secretarias municipais, órgãos públicos municipais, estaduais, federais, entidades civis organizadas e afins, fomentar o desenvolvimento rural e urbano do Município de Corumbáiba-GO, por meio do incremento de atividades e serviços, traçando diretrizes para utilização subsidiada de equipamentos e máquinas doados ao município no âmbito de programas sociais da União e do Estado de Goiás, assim como os equipamentos e máquinas objetos de compra direta da administração municipal ou de repasse por emenda parlamentar, em atendimento aos princípios insertos no art. 37 da Constituição Federal, artigo 118 da Lei Orgânica e observada a conveniência e disponibilidade da Administração.

Parágrafo Único – Além dos objetivos a que alude o *caput* deste artigo, a presente Lei tem por foco oferecer parâmetros por meio dos quais o município possa planejar, executar e monitorar obras, serviços e benfeitorias realizadas com a utilização dos



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

equipamentos e máquinas à disposição ou de sua propriedade.

Capítulo II

Das modalidades de incentivo

Art. 2º Para os efeitos desta Lei e do disposto no *caput* do artigo 1º, consideram-se atividades e serviços para o desenvolvimento rural e urbano que justifiquem a utilização subsidiada dos equipamentos, recursos humanos e máquinas municipais:

1. Melhoria nas condições de logística e escoamento da produção, para fomento da agricultura familiar e assentamento da Reforma Agrária;
2. Obras para melhoria da convivência com situações de estiagem e seca, como construção e recuperação de pequenos açudes e barreiros, abertura de cacimbas, transporte de calcário e afim;
3. Serviços de terraplanagem e abertura de valas utilizadas em projetos de confinamento para a armazenagem de forragem (silagem), do tipo silo trincheira ou de outras modalidades e auxílio na produção do silo;
4. Melhoria das condições de mobilidade no meio rural, proporcionando qualidade de vida e segurança aos munícipes, inclusive com transporte de cascalho, areia, pedra, insumos agrícolas e afins, para regularização de solo de acesso às propriedades;
5. Atividades e serviços que auxiliem no acesso à água para a população e animais, como terraplanagens, escavações, cascalhamento e abertura de valas para implantação de sistemas de abastecimento;
6. Limpeza de terrenos, atividades de terraplanagem e regularização de solos urbanos e afins.

Parágrafo único – O rol de atividades a que alude o Artigo 2º é meramente exemplificativo, podendo a Administração, por via da Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana, após análise da viabilidade estrutural e de recursos humanos do Município, atender o interessado, demonstrada a pertinência da atividade requerida com a finalidade do programa ora instituído.

Capítulo III

Dos beneficiários

Art. 3º A utilização dos equipamentos, máquinas e pessoal de que trata esta lei será concedida para qualquer cidadão que interessar, domiciliado no município, estando condicionada à comprovação de inexistência de débito de qualquer natureza para com a Fazenda Pública Municipal e, somente se concretizará, quando houver disponibilidade da Administração, sempre observado a priorização dos serviços e obras públicas ordinárias.



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

Art. 4º - Terá atendimento prioritário no programa, processando-se em apartado os respectivos requerimentos administrativos, em observância à celeridade, além daqueles que se enquadrarem nos requisitos do artigo 10 desta Lei, a demanda oriunda de associações comunitárias, de pequenos produtores rurais e agricultores familiares do Município, bem como aqueles munícipes de menor poder aquisitivo, assim compreendidos:

- I. Associações comunitárias: aquelas que, formalmente constituídas de acordo com a legislação pertinente e sem finalidade lucrativa, têm como objetivo organizar e centralizar forças de moradores da comunidade para representar, de maneira mais eficaz, interesses comuns;
- II. Pequenos produtores rurais: aqueles que detenham a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja, predominantemente, proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural;
- III. Agricultores familiares: aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
 - a - não detenha, a qualquer título, área maior do que 50 (cinquenta) hectares;
 - b - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - c - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 - d - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- IV. Munícipes de menor poder aquisitivo: aqueles que, residindo na zona urbana ou rural do município, comprovem ser pessoas de baixa renda, assim consideradas aquelas que estejam com inscrição ativa em programa governamental (federal, estadual ou do município) de distribuição de renda ou aufera, comprovadamente, renda familiar mensal de até 2,5 (dois e meio) salários-mínimos.

Art. 5º A utilização subsidiada dos equipamentos, máquinas e recursos humanos de que trata esta lei poderá também ser concedida, desde que sejam sempre cumpridas as finalidades constantes nos artigos 1º e 2º, para entidades constituídas que demonstrem capacidade administrativa e gerencial para administrar os referidos equipamentos e máquinas que possam ser cedidas através de Termo de Utilização e Responsabilidade.



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

Parágrafo Único – Neste específico caso de que dispõe o caput, a parte interessada que for receber qualquer das atividades ou serviços citados no artigo 2º deverá, obrigatoriamente, cumprir os prazos estabelecidos no ato de concessão do benefício, sob pena de ser declarado nulo Termo de Utilização e Responsabilidade, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, garantindo à Administração o ressarcimento de eventual prejuízo.

Capítulo IV

Do Procedimento Administrativo

Art. 6º Para o beneficiamento dos incentivos municipais autorizados pela presente Lei, a que aludem os artigos 1º e 2º, deverá o interessado apresentar "*Requerimento de Serviço – PROIDRUCO*", a ser recebido pelo Protocolo Geral do Município, que em seguida será submetido a Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana, para deliberações, acompanhado, obrigatoriamente, de:

- I. – Cópia dos documentos pessoais do interessado;
- II. – Comprovante de residência;
- III. – Comprovante de propriedade do imóvel rural ou urbano em que se pretenda a execução de serviço ou equivalente;
- IV. – Quando não proprietário ou posse de imóvel rural ou urbano, comprovante de que sobre o bem imóvel exerça algum dos atributos da propriedade (contrato de locação, arrendamento ou equivalente);
- V. – Quando pretendida isenção ao pagamento do preço público pelo serviço:
 - a) – prova de inscrição ativa em programa social governamental de distribuição de renda ou de que aufera, comprovadamente, renda familiar inferior a 2,5 (dois e meio) salários-mínimos;
 - b) – declaração de hipossuficiência financeira, firmada pelo interessado e (02) duas testemunhas;
- VI. – Documentação comprobatória do enquadramento às situações especiais do artigo 4º, desta Lei;
- VII. – Comprovante de inexistência de débito de qualquer natureza perante a Fazenda Pública Municipal.

Art. 7º No *Requerimento de Serviço – PROIDRUCO*, deverá estar descrito, minuciosamente, o tipo de serviço pretendido e a provável duração da execução, em horas e/ou quilometragem, que não poderá exceder:

- I. Tratando-se de máquinas pesadas, equipamentos e similares, assim entendidos aqueles não destinados ao transporte de cargas, a 16(dezesseis) horas de efetivo desempenho para cada requerimento;



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

II. Tratando-se de veículos automotores do tipo basculante/caçamba, assim entendidos aqueles não abarcados no item anterior e que destinados ao transporte de cargas, a 400(quatrocentos) quilômetros de efetivo desempenho para cada requerimento.

Art. 8º Recebido o requerimento a que alude o *caput* do artigo 7º e documentação pertinente a Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana, autuar-se-á processo físico em ordem cronológica de recepção e numeração sempre precedida do ano do requerimento e, a partir de então, correrá o prazo de 10(dez) dias úteis para decisão, mediante parecer, pelo deferimento ou não, de responsabilidade do Secretário respectivo.

§1º - Havendo necessidade, antes de decisão final, poderá o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana, ou servidor público autorizado à sua ordem proceder, determinar por despacho junto ao interessado, mediante qualquer meio de comunicação pertinente, providências e informações complementares, a serem cumpridas em prazo não superior a 05(cinco) dias, o que suspenderá, a partir da certidão lançada aos autos, para todos os efeitos, o prazo de duração do respectivo Procedimento Administrativo;

§2º - Não havendo ou restando ultrapassada a providência a que alude o §1º deste artigo, fará o Secretário das Secretarias de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana, pronunciamento sobre o deferimento ou indeferimento do pedido isenção a que alude o Capítulo V, determinando de imediato, na hipótese de necessidade de pagamento, providências junto ao Departamento Financeiro para emissão da Guia de Recolhimento correspondente, procedendo, em seguida, à notificação do interessado para recolhimento do preço aos cofres públicos, no prazo de 02(dois) dias;

§3º - Pago o preço pelo interessado ou deferida a isenção, decidirá o Secretário de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana sobre o atendimento do pedido do cidadão pelo PROIDRUCO e condições de execução, devendo constar do ato administrativo, obrigatoriamente:

- a) A qualificação completa do beneficiário;
- b) Discriminação pormenorizada do serviço a ser executado;
- c) Máquinas, equipamentos e servidores incumbidos da prestação do serviço;
- d) Prazo, data e horário estabelecido para o atendimento;
- e) Análise e status do pedido de isenção ao pagamento do preço da atividade, se existente;
- f) Enquadramento legal que fundamenta o deferimento do pedido e demais informações pertinentes.



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

§4º - A decisão de que trata o §3º não está sujeita à revisão administrativa, e estará, como todo o procedimento, disponível para consulta por qualquer interessado;

§5º - Deferido o pedido, fará acompanhar a decisão respectiva do Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana, a Ordem de Serviço, assim entendida como autorização formal para que o servidor competente realize a atividade;

§6º - Atendidos os requisitos legais para a realização dos serviços, a Prefeitura Municipal ainda se reserva no prazo necessário para sua execução, dentro das disponibilidades de máquinas, caminhões e servidores, discricionariedade administrativa e interesse público.

Capítulo V

Do preço público para o atendimento pelo PROIDRUCO e hipótese de isenção:

Art. 9º Para o beneficiamento pelo Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Urbano de Corumbáiba (GO) – PROIDRUCO, arcará o interessado com os custos operacionais dos maquinários pretendidos, por unidade, tendo como base de cálculo o custo da hora no valor correspondente a 15 (quinze) litros de diesel para máquinas, e o valor correspondente a 01 (um) litro de óleo diesel para cada 04 (quatro) quilômetros percorridos quando se tratar de veículos de carga.

Art. 10 Estará isento do pagamento do preço público definido no *caput* do artigo anterior, o interessado carente, assim entendido aquele que esteja abaixo das condições financeiras de que trata o artigo 4º, inciso IV, desta Lei, considerando-se o que, residindo na zona urbana ou rural do município, comprove inscrição ativa em programa governamental (federal, estadual ou do município) de distribuição de renda ou aufera, comprovadamente, renda familiar inferior a 2,5 (dois e meio) salários-mínimos mensais, bem assim as associações comunitárias definidas no artigo 4º, inciso I, desta Lei.

Parágrafo único: As Secretarias de Desenvolvimento Rural, e de Transportes e Ação Urbana, para os fins previstos no *caput* deste artigo 10, em relação ao interessado carente, se reservam no direito de colher parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social atestando sobre a veracidade das informações prestadas pelo interessado e de suas condições financeiras.

Capítulo VI

Das exigências

Art. 11 Os interessados na utilização do PROIDRUCO, deverão formalizar suas solicitações, obrigatoriamente, com os seguintes itens:

- I. Descrição clara e objetiva da natureza da atividade a ser desenvolvida;
- II. Relação de equipamentos e maquinários necessários ao atendimento da



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

solicitação;

Art. 12 As partes interessadas que forem beneficiadas com a utilização subsidiada dos equipamentos e máquinas constantes desta lei deverão cumprir os seguintes requisitos:

- I. Iniciar e encerrar as atividades nos prazos e limites fixados, sob pena de extinção do benefício, sem prejuízo da cobrança pelo valor excedente;
- II. Celebrar com o município o respectivo Termo de Utilização e Responsabilidade.

Art. 13 As partes interessadas beneficiadas deverão garantir o livre acesso dos profissionais designados pela Secretaria competente para supervisionarem e avaliarem o desempenho do serviço, bem como fornecer os dados necessários à elaboração de relatórios por estes solicitados.

Capítulo VII
Da gestão

Art. 14 Os equipamentos e máquinas objetos de doação, assim como aqueles que foram objetos de compra direta da Administração Municipal ou de repasse por emenda parlamentar, utilizados pelo PROIDRUCO, serão submetidos a uma gestão única, sob responsabilidade de um Departamento específico, a ser designado no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana.

Art. 15 A Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana elaborará um diário de operações dos equipamentos e máquinas à disposição do programa, com o objetivo de planejar e monitorar as ações executadas.

§1º O diário de operações dos equipamentos e máquinas constantes desta lei deverá informar:

- I. Identificação do equipamento/máquina/veículo;
- II. Data da atividade;
- III. Resumo da atividade executada;
- IV. Horas trabalhadas e quilômetros percorridos;
- V. Localidade atendida,
- VI. Beneficiário;
- VII. Nome do operador;



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

VIII. Ocorrências eventuais.

§2º Fica definido o preenchimento de um diário de operações para cada equipamento, veículo e máquina destinadas ao Programa.

Capítulo VIII
Da publicidade

Art. 16 A Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana, manterá em dia o diário de operação dos equipamentos e máquinas constantes desta lei, como forma de auxiliar o controle e visando conferir transparência ao desenvolvimento do programa.

Art. 17 Para fins de atender aos princípios administrativos, notadamente o da publicidade, moralidade, impessoalidade, legalidade e transparência insculpidos pela *Magna Carta* de 1988, manterá o Poder Público, em mural acessível a todos os interessados, relação mensal e atualizada de beneficiários atendidos e benefícios concedidos com o programa de que dispõe esta Lei.

Capítulo IX
Das vedações e penalidades

Art. 18 Se por qualquer circunstância a parte interessada beneficiada com o Programa interromper ou paralisar suas atividades injustificadamente, não cumprir com o constante desta Lei e ao que dispõe o Termo de Utilização e Responsabilidade ou ainda for constatado desvio de finalidade, sem qualquer ônus e vedada a devolução da paga, o Município poderá a qualquer tempo rescindir o benefício.

Art. 19 É vedada a transferência a qualquer título, empréstimo ou locação dos equipamentos e máquinas concedidos pelo município com base nesta lei, sem prévia justificativa e autorização junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou de Transportes e Ação Urbana, sob pena de cancelamento imediato do benefício.

Art. 20 A concessão da utilização dos equipamentos e máquinas constantes desta lei não isenta os beneficiados do cumprimento da legislação ambiental aplicável.

Art. 21 Fica a cargo do Chefe do Poder Executivo Municipal celebrar protocolos com as partes interessadas na utilização dos equipamentos e máquinas constantes desta lei, bem como firmar termos e outros atos e instrumentos necessários à aplicação do disposto nesta lei.

Capítulo X



Prefeitura Municipal de Corumbáiba
Estado de Goiás

Das disposições gerais

Art. 22 No âmbito de suas atribuições, o Poder Público Municipal disponibilizará todo o estímulo de cooperação necessário à implementação das atividades do Programa, objetivando o desenvolvimento como meio de satisfação do bem estar social.

Art. 23 O Poder Público Municipal fica autorizado a participar, em parceria com a iniciativa privada, e ainda com cidades circunvizinhas, de outros projetos ou empreendimentos que visem o desenvolvimento urbano e rural do município.

Art. 24 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de cooperação ou assessoria técnica com outros municípios, órgãos, instituições e entidades nacionais e internacionais a fim de dar apoio, incentivo e assistência em prol do desenvolvimento do referido Programa.

Art. 25 Caso se faça necessária regulamentação desta Lei, o Executivo Municipal realizará mediante o instrumento competente.

Art. 26 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 338/99, referendando os atos já praticados.

GABINETE DO PREFEITO DE CORUMBAÍBA (GO), em 30 de agosto de 2017.


WÍSNER ARAÚJO DE ALMEIDA
Prefeito